AS MULTIPLICIDADES DA REALIDADE RACIAL: UM GENOCÍDIO SOCIORRACIAL ENTRE CONFLITOS MORAIS E SUJEIÇÕES SOCIAIS NO CASO CEARENSE

THE MULTIPLICITIES OF RACIAL REALITY: A SOCIO-RACIAL GENOCIDE BETWEEN MORAL AND SOCIAL CONFLICTS IN THE CASE OF CEARÁ

LAS MULTIPLICIDADES DE LA REALIDAD RACIAL: UN GENOCIDIO SOCIO-RACIAL ENTRE CONFLICTOS MORALES Y SOCIALES EN EL CASO DE CEARÁ

Carliana Isabel Nascimento Pereira[1]

Leonardo Damasceno de Sá[2]

DOI: 10.5935/2358-3541.2023e110501-pt

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir aspectos do genocídio sociorracial de jovens negros no Ceará. Baseado em trabalho de campo etnográfico e entrevistas com jovens negros de diversas periferias da cidade de Fortaleza, busca-se compreender como são percebidos os processos de sujeição racista de seus corpos no contexto de conflitos sociais que estrutura a produção da morte social de jovens negros. Esse fenômeno se torna mais dramático, pois, no Ceará, predomina uma ideologia de branqueamento que tenta negar a existência de pessoas negras no Estado. Os discursos hegemônicos do racismo cearense inviabilizam o próprio racismo pela afirmação difusa e institucional de que "não há pessoas negras no Ceará". Os jovens autodeclarados negros se tornam, nesse cenário, pessoas morais impossíveis, sequer reconhecidos em sua autodefinição. Dentro dessa limitação da vida, a violência policial torna-se uma situação rotineira: "A gente, digamos, mais favelado, né? A gente sofre muito mais xingamento, chute nas pernas e *tal*s". A forma como se dá a revista policial deixa entrever que há uma relação de poder e obediência entre policial e pessoa revistada, uma violência que desumaniza o jovem revistado, balizando sua própria cidadania numa nítida maneira de "enquadrar" o jovem, tornando-o um menos que sujeito em papel de submissão.

Palavras-Chave: Genocídio sociorracial; Juventude negra; Racismo.

[1] Universidade Federal do Ceará (UFC), carlianaisabel@alu.ufc.br.

[2] Universidade Federal do Ceará (UFC), leonardo.sa@ufc.br.

Abstract
The aim of this article is to discuss aspects of the socio-racial genocide of young black men in Ceará. Based on ethnographic fieldwork and interviews with young black people from different outskirts of the city of Fortaleza, the aim is to understand how the processes of racist subjection of their bodies are perceived in the context of the social conflicts that structure the production of social death of young black people. This phenomenon becomes more dramatic because, in Ceará, a whitening ideology prevails, which tries to deny the existence of black people in the state. The hegemonic discourses of racism in Ceará make racism itself unfeasible by the diffuse institutional statement that "there are no black people in Ceará". In this scenario, self-declared black youths become morally impossible individuals, not even recognized in their self-definition. Within this limitation of life, police violence becomes a routine situation: "We who live closer to the ghettos, you know? We suffer a lot more name-calling, kicks in the legs and such". The way police search is carried out demonstrates that there must be a relationship of obedience between the police and the searched person, a symbolic violence that dehumanizes these youths, marking out their own citizenship in a clear way of "disciplining" the youth by making him a subject in a submissive role.
Keywords: Socioracial genocide; Black youth; Racism.

Resumen
El objetivo de este artículo es discutir aspectos del genocidio socio-racial de jóvenes negros en Ceará. Con base en un trabajo de campo etnográfico y entrevistas con jóvenes negros de diferentes periferias de la ciudad de Fortaleza, el objetivo es comprender cómo los procesos de sujeción racista de sus cuerpos son percibidos en el contexto de los conflictos sociales que estructuran la producción de muerte social de los jóvenes de raza negra. Este fenómeno se vuelve más dramático porque, en Ceará, prevalece una ideología blanqueadora, que intenta negar la existencia de negros en el estado. Los discursos hegemónicos del racismo en Ceará inviabilizan el propio racismo por la afirmación difusa e institucional de que "en Ceará no hay negros". Los jóvenes autodeclarados negros se convierten, en este escenario, en personas moralmente imposibles, ni siquiera reconocidas en su autodefinición. Dentro de esta limitación de la vida, la violencia policial se convierte en una situación rutinaria "Nosotros que vivimos más en las *favelas*, ¿sabes? Sufrimos muchos más insultos, patadas en las piernas y esas cosas". La forma en que se realiza el cateo policial demuestra que debe haber una relación de obediencia entre el policía y el cacheado, una violencia simbólica que deshumaniza al joven cacheado, marcando su propia ciudadanía en una forma clara de "disciplinar" al joven haciéndolo sujeto en un rol sumiso.
Palabras Clave: Genocidio sociorracial; Juventud negra; Racismo.

INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a debater as especificidades do genocídio sociorracial da juventude negra a partir de trabalho de campo etnográfico nas periferias da cidade de Fortaleza. Problematiza-se o modo como o corpo racializado se torna, na

vida cotidiana, um objeto de julgamento da pessoa moral dos jovens que, sistematicamente, são alvo das operações policiais militares, resultando em atos de violência contra seus corpos, gerando sentimentos de humilhação e aniquilamento do eu. O trabalho etnográfico realizado pelos autores em bairros populares da cidade de Fortaleza gerou, além das muitas conversas informais, algumas entrevistas etnográficas com uso de gravador. Ao conversar com os jovens interlocutores desta pesquisa, era comum escutar falas como “então, as abordagens com nós negros era muito humilhante, só que a gente não percebia que era porque a gente era negro, mas o tratamento era desigual”. Ou então, “a gente, digamos, mais favelado, né, a gente sofre muito mais xingamento, chute nas pernas e tals”. Ou ainda, “conheci muitos cantos também, muitas instituições, e isso aí me fez pensar também como a abordagem policial é diferente no preto e no branco, entendeu?”

Essas falas se repetem à saciedade nos nossos materiais transcritos, mas o que nos chama a atenção inicialmente é o fato de mostrarem formas de reflexividade agentiva por parte desses jovens negros que são tratados como se fossem coisas pelo racismo que os coloca no centro de um dispositivo de aniquilamento moral e sujeição social. Para alguns acadêmicos de uma branquitude intelectual que se recusa a discutir o racismo como aspecto central dos regimes de violência contra jovens negros no país, incluindo a violência do racismo nas universidades, seria uma ousadia utilizar o termo “genocídio”[3] para descrever o fenômeno sociorracial de aniquilamento das pessoas negras. Um tipo de exagero ou de politização do tema.

Contudo, discordando dessas avaliações, consideramos que esse termo nos permite alcançar o que está sendo negligenciado pela maior parte dos estudos do campo da violência, a saber, “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (SOUZA, 2021, p. 25). Trata-se, portanto, de algo contínuo e

[3] Genocídio, que vem do grego, *genos*: tribo/raça e do latim, *cide*: matar, passou a ser mais utilizado a partir da década de 1940, quando, em 1944, o jurista polonês Raphael Lemkin usou o termo em sua obra *Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation, Analysis of Government, Proposals for Redress*. Em 1948 a ONU define: “entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como: assassinato de membros do grupo; dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; transferência forçada de menores do grupo para outro grupo” (ONU, 1948, Art. II).

sistemático na trajetória de vida do sujeito tratado como se fosse uma coisa. Ou seja, a perspectiva de genocídio abordada neste artigo não se refere apenas à eliminação física de corpos negros nos campos de extermínio que se tornaram as periferias das cidades brasileiras, trata-se de um fenômeno ocorrido em vida de forma contínua que atinge as pessoas negras de forma sistemática em todos os setores de suas vidas.

Trata-se de uma tentativa de compreender uma luta moral de reconhecimento do indivíduo que surge a partir de conflitos sociais coletivos. Nos desafiamos e nos esforçamos, através deste texto, a compreender de quais maneiras são perceptíveis essas lutas sociais e morais de reconhecimento recíproco, em que o sujeito se torna um sujeito com uma vida "digna" e com "honra" (HONNETH, 2009) quando reconhece a si próprio e ao seu semelhante como um sujeito de direitos e que sua vida cotidiana demonstra características de dignidade.

Esse é um debate complexo e que constantemente esbarra em diversas limitações no campo das ciências sociais e humanas, limitações seja por conta da interpretação que "nega o caráter racial da discriminação brasileira, afirmando que a diferenciação existente é fruto da discriminação em relação ao pobre, logo seu caráter seria 'social' e não racial" (MENDES, 2010, p. 9), seja pela realidade racial brasileira tornar "imprescindível que esse Outro dominado, vencido, expresse em sua condição concreta aquilo que o ideário racista lhe atribui" (CARNEIRO, 2023, p. 21). Dispositivo que faz com que a pessoa negra incorpore estigmas de cunho racista atribuídos a si. Outro tipo de limitação decorre da naturalização do racismo à brasileira, com a persistente imagem do mito da democracia racial com falas como:

> Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALES, 1984, p. 226).

Este trabalho não foge aos embaraços gerados por tais limitações. Cientes de que, ao se debruçar sobre um tema tão complexo dentro desse grande arcabouço de análise classificado pelo termo racismo, intenta-se abordar a vida cotidiana tendo como horizonte e base de análise um genocídio sociorracial contínuo e sistemático, trabalhamos com a compreensão de que a condição da existência humana não traduz o ato do *bem-viver*, de uma *vida digna* e repleta de *significados*. Partimos do

pressuposto de que “a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDT, 2010, p. 9-10), mas que tal ampliação da busca pela universalidade é mais uma tarefa política do que uma realidade dada.

Nesse sentido, o presente artigo expõe algumas das particularidades provenientes de uma realidade múltipla referente a como o racismo intercorre na esfera rotineira de indivíduos negros no estado do Ceará e quais as suas consequências, tendo o foco na trajetória da juventude dessas pessoas.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Fazer pesquisa social, em geral, conta com diversas imprevisibilidades, com dificuldades inesperadas que o cientista social só irá se deparar ao realizar o “campo”. Requer flexibilidade metodológica, a constante criatividade que Irlys Barreira (2017) menciona e a compreensão de que “não há cânones possíveis na pesquisa de campo, embora haja, certamente, algumas rotinas comuns, além do modelo ideal” (PEIRANO, 1995, p. 42). No entanto, as pesquisas em todas as áreas do conhecimento enfrentaram desafios sem parâmetros ao se depararem com a pandemia global do SARS-CoV-2, popularmente conhecido como coronavírus. A obrigatoriedade do isolamento social tirou da rota as pesquisas que estavam sendo realizadas antes de 2020 e as que seriam realizadas a partir de 2020, e, nesse contexto, a criatividade metodológica citada por Irlys Barreira (2017) torna-se uma regra crucial para a continuidade da pesquisa, e o trabalho aqui exposto não foge a esta característica.

Nesse sentido, esta pesquisa foi realizada por meio de uma junção de métodos e metodologias, trabalhando em uma perspectiva multimetodológica a fim de ter uma visão ampla e aprofundada de sua temática, tendo ciência de suas limitações. As restrições de inserção presencial no campo de pesquisa fizeram com que a leitura e análise de dados fosse um importante instrumento metodológico na construção da pesquisa. A leitura de relatórios como o *Atlas da Violência* do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), *Mapas de Violência*, organizado por Julio Jacobo Waiselfisz, *Anuários de Segurança Pública*, organizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Relatórios da Anistia Internacional (*Los derechos*

humanos en las Américas – Retrospectiva 2019) e Relatórios da série *Global Study on Homicide*, produzidos pelo UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime[4]) gerou bastante acúmulo estatístico. No entanto, como Paugam (2015) menciona, a observação e compreensão do mundo social não se refere a algo descritivo, é necessário visualizar o que está escondido ou invisibilizado por trás dos dados. Por isso, tornou-se essencial a análise esses dados vinculada à das interações sociais, fazendo constantemente uma importante ação para a pesquisa social, estranhar o que parece natural, questionar o cotidiano, problematizar a realidade, "tornar enigmático o que parece normal".

O fato de termos realizado trabalho de campo etnográfico de longo prazo (2008-2019) antes do isolamento social muito nos ajudou a lidar com os problemas advindos da interrupção das interações presenciais cotidianas. O acompanhamento das guerras e da socialidade armada nas periferias nesse período anterior (SÁ, 2021) nos permitiu ter uma base ampla para o que iríamos realizar a partir do início da pandemia.

A partir de março de 2020, contudo, as estratégias metodológicas utilizadas para a continuidade da pesquisa nos direcionaram no sentido de fazer uma junção de entrevistas em profundidade realizadas de forma presencial antes dos primeiros decretos de isolamento social com novas entrevistas em profundidade realizadas de forma virtual através da plataforma *Google Meets*. As perguntas nos momentos das entrevistas foram direcionadas principalmente para o período de juventude dos interlocutores, Talisson nasceu na década de 1960 e João no final dos anos 1970, possibilitando visualizar contrastes e semelhanças com Luiz e Daniel, ambos jovens com menos de vinte anos de idade nos momentos da entrevista.

Duas entrevistas foram realizadas entre o final de 2019 e início de 2020 de forma presencial, com Luiz e Daniel, com os quais tivemos contato durante a construção de outra pesquisa[5] no ano de 2019 no CUCA[6] do Jangurussu. Luiz e

[4] "Estudos Globais sobre Homicídios" – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.
[5] No ano de 2019, iniciamos uma pesquisa no Cuca do Jangurussu com o objetivo de compreender como os baculejos (revista policial) incidiam no cotidiano de jovens frequentadores desse espaço cultural. Nessa pesquisa anterior, havia também a participação do pesquisador Thiago Nascimento.
[6] A chamada "Rede Cuca" é uma rede de proteção social e oportunidades formada por Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes (Cucas). Em 2009, houve a inauguração do Primeiro Cuca, o Cuca Che Guevara na Barra do Ceará em Fortaleza, e, em 2014, após a inauguração dos Cucas do Mondubim e do Jangurussu (este tendo sido inaugurado no ano anterior), houve a criação da Rede Cuca, agregando hoje, além dos três Cucas citados, também o do bairro José Walter. O Cuca do Jangurussu, inaugurado no ano de 2013, tem ginásio poliesportivo, piscina para natação, pista de *skate*, campo de futebol de areia e anfiteatro. Entre a juventude fortalezense, além dos diversos cursos e esportes, esse Cuca é conhecido

Daniel são jovens que nasceram já nos anos 2000, suas participações tinham como objetivo apontar perspectivas atuais sobre os conflitos e limitações que a juventude da periferia vivencia, principalmente a respeito de como as abordagens policiais incidem nos seus cotidianos sociais.

As outras duas entrevistas dos interlocutores que aparecem neste artigo, Talisson e João, foram realizadas de forma virtual nos primeiros meses de 2021. A chegada de Talisson e João para a construção da pesquisa se deu por serem pessoas que já conhecíamos, devido a suas atuações em movimentos políticos e sociais na cidade de Fortaleza e suas contribuições em movimentos negros e movimentos de *hip hop* no estado desde os anos 1980 e 1990.

COMPLEXIDADES RACIAIS: UM DEBATE ACERCA DO RACISMO BRASILEIRO E AS PARTICULARIDADES DO RACISMO CEARENSE

Desde o momento da constituição de nosso país enquanto uma nação, fomos marcados pelo colonialismo. É inconcebível pensar qualquer análise social no Brasil sem ter a raça nessa matriz de colonialidade como ponto de partida. É essencial a compreensão de que a raça é um dos elementos de análise que traduz a herança cultural e histórica (SILVA, 2022) da nossa constituição enquanto país, uma vez que sem a presença da população negra aqui escravizada, o desenvolvimento do país seria completamente outro (NASCIMENTO, 2016).

Antes mesmo das teorias de Nina Rodrigues (1894), que defendia a necessidade de códigos penais diferentes para as diferentes raças existentes no Brasil, e de Oliveira Viana (1923), que legitimava a eugenia baseado na teoria de Spencer (1820-1903) sobre Darwinismo Social, segundo a qual, por meio de uma evolução natural da espécie humana, a raça branca (tida como superior) estaria no topo da evolução; entre outros, Martius (1845) falava da importância de “abstrair a cor ou o seu desenvolvimento anterior” da raça Africana para enxergar as potencialidades desses povos no desenvolvimento do país, com o intuito de olhar para as pessoas negras oriundas do continente Africano e visualizar apenas ferramentas, fazendo da colonização um processo de coisificação dos indivíduos colonizados (CÉSAIRE, 2020).

---

pela realização de grandes *Reggaes* no anfiteatro.

Compreender a realidade racial no Brasil é algo complexo e que merece atenção. Apontar que o racismo é estrutural ou "superestrutural" não é suficiente para atingir essa complexidade e alcançar de forma conceitual o que seria o racismo no Brasil (SODRÉ, 2023). Dialogando também com Angela Davis (2018) quando menciona a complexidade do racismo e que sua erradicação não estaria vinculada a uma perspectiva de responsabilização de ações individuais:

> Não é fácil erradicar o racismo, tão profundamente arraigado nas estruturas de nossa sociedade, e por isso é importante produzir uma análise que vá além da compreensão dos atos individuais de racismo, por isso precisamos de reivindicações que vão além da instauração de processos contra pessoas que cometem atos racistas (DAVIS, 2018).

Para exemplificar um pouco dessa complexidade, este artigo trabalha a realidade cearense, o estado que curiosamente é o primeiro a abolir oficialmente a escravidão racial em 1884, quatro anos antes da abolição nacional, é também o estado que leva a máxima de "não haver pessoas negras". Onde uma determinada forma de miscigenação que ocorre de maneira múltipla – fisicamente, ideologicamente, culturalmente e historicamente – parece ter dado tão certo que a denúncia de branqueamento da raça como uma estratégia de genocídio, exposta por Abdias Nascimento (2016), confirma-se com um exemplo acontecido em 2020, demonstrando que essa estratégia de branqueamento no estado do Ceará não é algo que surge em uma perspectiva apenas histórica, é uma estratégia que continua fortemente em vigor.

Conforme o rastreamento, entre as regiões que tiveram força na identidade cearense estão a chamada Fenoscândia – que abrange Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca – e o sul da França. Há também forte influência do ameríndio, que provém da Sibéria e entra no novo continente por meio do estreito de Bering, uma ponte natural entre a Rússia e os Estados Unidos.

Uma família que mora no Cumbuco, na Região Metropolitana de Fortaleza, representa bem essa mistura. Thor, de 6 anos, é filho do dinamarquês Peter Aller com a cearense Ana Paula Bertuleza, que acredita ter sangue indígena e negro. "Fisicamente, ele é completamente o pai, mas ele também tem muito um jeito cearense porque gosta de comer farofa e feijão preto e de ir para as dunas", ri a administradora.

O pai ficou surpreso com o resultado da pesquisa, pois acreditava que portugueses e holandeses seriam os maiores influenciadores no Ceará. "O

cruzamento de portugueses e *vikings* é a origem mais plausível", considera. Ana Paula emenda: "Dentro de casa, o Thor é dinamarquês, mas do lado de fora é cearense". O menino pratica *kitesurf* e, segundo a mãe, não tem medo do mar – provavelmente uma herança dos ancestrais navegadores (PAULINO; TORRES, 2020).

O trecho acima faz parte de uma notícia que repercutiu bastante no estado do Ceará em 2020: "Pesquisa inédita no Brasil revela que, mais do que índios e portugueses, a formação do cearense se deve a povos *vikings* que dominaram a Europa séculos atrás" (PAULINO; TORRES, 2020). Evidentemente, a pesquisa foi rebatida por diversos setores acadêmicos e políticos, problematizando o método de realização da pesquisa, onde foram selecionadas 160 pessoas em todo o estado para chegar nesse resultado noticiado. Mas a questão apontada aqui não é referente ao método da pesquisa, se foi eficaz ou não, se foi ético ou não, se foi representativo ou não, não se trata disso.

O que inquieta aqui é a permanência da exclusão do indivíduo negro no estado do Ceará, "mais que índios e portugueses", o ponto de partida é a pré-noção de que a formação cearense é essencialmente indígena e europeia, corroborando com o que Mendes (2010) aponta:

> No Ceará, uma peculiaridade histórica dinamitou a força que o discurso democrata racial encontrou na maior parte do País. No final do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, a exemplo dos institutos históricos espalhados pelo País, procurou integrar a até então província à história da civilização. Para isso, buscou-se construir uma identidade cearense, um conjunto de elementos e práticas sociais que sintetizassem certa natureza cearense iniciada com a chegada dos portugueses ao território. Junto aos euro-descendentes, foram somados a essa identidade os indígenas que cooperaram com a colonização portuguesa. Assim construiu-se a identidade cearense mestiça: civilizados por serem euro-descendentes e legítimos sobre o território ocupado por serem descendentes dos índios que ali viveram.
>
> Diferente do ideal de democracia racial construído para o Brasil, o mestiço cearense, segundo o Instituto, seria fruto somente de duas matrizes: a indígena e a portuguesa. Os historiadores do Instituto, ao considerarem que a presença do escravo foi ínfima na história do Ceará, negam o componente afro-descendente em suas contribuições físicas e culturais para a Pátria Ceará (MENDES, 2010, p. 64).

Essa exclusão do indivíduo negro no contexto cearense foi o ponto de partida deste trabalho, referente a existência de um genocídio que não diz respeito à eliminação físico-corporal, um genocídio que ocorre na eliminação da história, da cultura, dos símbolos, da origem e, crucialmente, da cor e quaisquer outros traços

que constituem a identidade negra (compreendendo pretos e pardos). Eliminando a identidade, elimina-se também a possibilidade de conexão enquanto um grupo, "restando apenas indivíduos dispersos, incapazes de se articular em torno de uma plataforma comum" (FLAUZINA, 2006, p. 109). Nossa impressão inicial na pesquisa foi se fortalecendo cada vez mais ao longo do seu trajeto. Trata-se do grande êxito do sistema racista no estado do Ceará: o racismo deu tão certo aqui que sequer chega a oprimir pessoas negras. Afinal, se no estado não há indivíduos negros, então não há quem oprimir; não havendo quem oprimir, para que discutir e pesquisar sobre o tema? Ou melhor, façamos pesquisas que confirmem a não existência do negro no Ceará: ninguém melhor do que *Thor*, filho de uma cearense com um dinamarquês, para representar o "verdadeiro" cearense, corroborando com Sueli Carneiro (2023) quando diz que a "miscigenação racial presente em nossa sociedade vem se prestando a diferentes usos políticos e ideológicos" (CARNEIRO, 2023, p. 45).

A partir desse contexto, a pesquisa tinha por objetivo principal perceber algumas das limitações sociais e raciais que sujeitos negros têm em vida, tendo o foco na faixa etária da juventude. Nem todas as entrevistas foram realizadas com jovens de 15 a 29 anos, mas em todas as entrevistas as perguntas eram direcionadas para esse momento da vida. Os personagens e as histórias que conduzem este trabalho passam por uma juventude vivida nas décadas de 1980, 1990 e após 2010 a 2020.

A escolha pelo período da juventude dos interlocutores não se deu ao acaso, a diferença na faixa etária atual dos participantes da pesquisa, possibilita encontrar continuidades e descontinuidades nos elementos relacionados ao *ser jovem*, cientes de que "a juventude é experimentação e os seus referenciais são construídos e reconstruídos nesse terreno movediço das experiências do tempo presente e que se transformam historicamente" (DIÓGENES, 2011, p. 55). Se, no caso, as pessoas negras sendo jovens, surgem algumas particularidades analiticas, pois a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação (PERALVA, 1997), não há como construir uma definição única a respeito do que é juventude (DAYRELL, 2003). Além disso, as *respostas* que os jovens dão para as perspectivas de futuro não ocorrem de maneira similar em todos os contextos sociais (MATTOS PIMENTA, 2014). Em relação aos relatos de Talisson e João, a estética da vestimenta e dos adornos utilizados também incorporam significados a respeito da

juventude, principalmente falando sobre juventudes periféricas que acumulam estigmas também por conta dos seus territórios de moradia. Nesse sentido "'[c]onsumir' a cidade da qual foram banidos, realizarem sua inscrição nos registros do qual foram proscritos, adornarem-se com os elementos estéticos do qual foram expropriados é, finalmente, *ser jovem*" (DIÓGENES, 1998, p. 57).

> Talisson: Na década de 1980, eu começo a sair aos sábados. A gente vai pros chamados som. As músicas que tocavam era o *funk*, mas era o *funk* do James Brown, e aí eu achava bonita a galera dançando, né? E eu comecei a observar que era um grupo grande de negros, uma juventude grande de negros, e, na minha época, a gente andava de turmas que hoje chama de gangue, né? [...] A polícia fazia batidas lá na rua, e a gente via várias vezes, eu mesmo fui várias vezes, e com nós negros era muito humilhante. Só que a gente não percebia que era porque a gente era negro, mas o tratamento era desigual.
>
> Entrevistador (a): Muita coisa ao mesmo tempo, né?
>
> João: Tudo ao mesmo tempo! Porque tinha uma mudança no país, né? Tinha uma mudança no país e nós tinha uma mudança muito forte nas ruas, né? O processo evolutivo de violência se dá pelo processo evolutivo das ruas. Então veja só, os anos 90 foram os anos da política neoliberal, falta de trabalho, arrocho salarial, fome etc.

A época da juventude de Talisson e João é um momento de grande efervescência e grandes mudanças no país, ambos passaram pela adolescência/juventude ainda quando estávamos enfrentando a ditadura civil-militar. Ambos vivenciaram os momentos de surgimento e ascensão das gangues[7] e galeras, além de vivenciarem os momentos de auge dos bailes *funks* em Fortaleza.

Em um momento em que as mídias sociais e a internet ainda eram um elemento recém-chegado ao Brasil e bem distante das classes populares, os bailes *funks* eram um dos principais pontos de encontro das juventudes da periferia. O *funk* surge em Fortaleza, assim como em outros locais do Brasil, com uma estética importada dos Estados Unidos, tanto em questão de vestimenta ("eu via aquela juventude passar, né? Muito homem, muita mulher, o cabelo... todo mundo cheio de brinco, de cordão, era muito adornos, né?"[8]) como na própria música ("O *funk* americano que tava evoluindo o processo, né? Muito Michael Jackson, era o auge dos primeiros CDs do Michael Jackson, os últimos fizeram muito sucesso porque representava ali a dança de rua"). Mas ao chegar no Brasil, alguns locais, em especial o estado do Rio de Janeiro, já começaram a incorporar algumas

[7] O que é compreendido pela literatura sociológica como "gangue" não costumava ser intitulado como tal por parte de seus membros, que usualmente se denominavam como "galeras".
[8] Fala de João.

características locais, e em Fortaleza aconteceu de forma semelhante a exemplo do Rio: “Porque osbailes *funks* vinham, a gente já não curtia mais o *funk* americano, já começamos a ir para as melôs, aqueles *funks* carioca e isso vinha pegando, né? Era as dancinhas, era os passinhos e tal...”. Os bailes, além de serem pontos de encontro, com o crescimento das galeras também se tornaram local de disputas entre as galeras dentro dos bailes, um elemento que foi usado como justificativa para a proibição da realização de bailes em Fortaleza em 2001 (FERNANDES, 2001).

Em relação à fala de Talisson, um elemento é importante de ser notado é o fato de como os jovens negros na década de 1980, mesmo com frequentes abordagens da polícia, tinham dificuldade de perceber que nessas situações existiam particularidades oriundas de discriminações raciais. Isso é fruto do contexto histórico daquele período: mesmo nos meios acadêmico e político institucional, o Brasil ainda engatinhava nas análises a respeito de conflitos raciais. Ou melhor dizendo, a teoria da democracia racial ainda imperava praticamente em todos os setores da sociedade. Um reflexo desse elemento é o fato de que até mesmo as organizações políticas, quando reivindicavam haver discriminações estruturais entre determinados grupos na sociedade brasileira, faziam menção quase que exclusivamente às desigualdades sociais. Para estes sujeitos, a matriz das opressões era vinculada a uma luta de classes, de um lado as classes populares e de outro as classes abastadas.

Saindo um pouco do contexto dos anos 1980 e 1990 para os anos 2010 até 2020, Daniel e Luiz trazem alguns elementos importantes na construção desta pesquisa. A transição dessas décadas é atravessada pelo contexto político da redemocratização, pelo contexto histórico, social e econômico de mudanças governamentais vinculadas ao espectro neoliberal para o espectro neodesenvolvimentista, não só no Brasil como em diversos países da América Latina, o que resultou também em um avanço de políticas públicas que incidiram no cenário de classes sociais populares tendo acesso a maiores espaços em ambientes educacionais, em questão da moradia e renda, entre outras áreas. Todo esse ambiente possibilitou que as juventudes de periferia tivessem acesso à internet e maior facilidade de informação, o que torna usual as seguintes situações:

> Daniel: Eu tava numa Lan House e tal, e tinha um pivete vendo um clipe do Sabotagem. Daí ele perguntou se eu queria ouvir, né? Tipo, eu ouvi e fiquei

> encantado em como um cara preto na favela fazendo um show, e tipo, lotadão! Eu fiquei encantado!
>
> Luiz: Depois que eu fui conhecendo os grupos que tem no Facebook falando dessas coisas, de direitos humanos, eu peguei e vi o lado ao contrário, se liga? Comecei a andar também no Cuca e tal, e comecei a sentir na pele o que os outros lá também passavam, entendeu? Conheci muitos cantos também, muitas instituições, e isso aí me fez pensar também como a abordagem policial é diferente no preto e no branco, entendeu?

O maior acesso à internet, as políticas públicas direcionadas às juventudes de periferia, a ampliação do ensino básico e secundário são elementos que permeiam o contexto histórico vivido por Daniel e Luiz, fazendo com que as juventudes mais atuais tenham maior conhecimento sobre seus direitos e deveres, sobre o que é opressivo, sobre o que é a violência policial e compreensão, com perspectivas diversas, do que é desigualdade racial e social. As gerações de Talisson e João presenciaram o surgimento do Movimento Negro Unificado no Ceará. Nesse período, chega o Grupo de União e Consciência Negra (Grucon), com a realização do seminário "Negrada negada: o negro no Ceará", produzido em 1992 por iniciativa de movimentos negros no estado, em especial o Grucon. Ou seja, o período vivido pela juventude de Talisson estava iniciando um debate e uma disputa política cujos frutos a geração de Daniel e Luiz já colhe.

> Daniel: Daí eles chegaram... eu sempre preferi usar boné, e boné muitas das vezes é o pivô da abordagem… A gente, digamos, mais favelado, né? A gente sofre muito mais xingamento, chute nas pernas e tals. [...] Não vou mentir, tem vez que eumudo até o andado[9] quando passa polícia, porque eu sei que eles analisam tudo. Boné, vestimenta, cor e andado, se liga? Às vezes eu evito até de andar comboné… pronto, quando eu tô andando com minha namorada eu prefiro andar sem boné, porque ela não gosta quando sou abordado. Daí eu prefiro andar sem boné já pra não ser abordado e não ser um constrangimento tanto pra mim quanto pra ela, se liga?

A violência policial no Brasil é proveniente de uma matriz de pensamento vinda desde o período colonial e agrega também resquício de momentos históricos mais recentes, como o contexto da ditadura civil-militar. A fala de Daniel dialoga com o que Foucault (2009) chama de "fabricação de corpos dóceis"

> A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuem essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar, e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela

[9] A palavra "andado" é uma forma popular de falar sobre a maneira de caminhar.

> uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1999).

Além da sujeição, da fabricação de corpos dóceis, a fala de Daniel aponta também a formação de uma rotina a partir da violência, antes mesmo de sair de sua residência, existe todo o condicionamento de vestimentas, de acessórios, até mesmo a forma de andar é pensada na tentativa de evitar a violência:

> Daniel: Na verdade, eu já acordo torcendo pra não levar! Porque geralmente é de lei, levar abordagem. Pronto, depois das férias, amenizou um pouco, mas não deixou de acontecer, mas ainda acontece muito. E tipo, é umas abordagens muito tosca, por nada, se liga? Uma vez o policial reclamou e me deu um carão por que eu tava de pochete, se liga? O cara falou besteira porque eu tava com uma pochete!

A constituição de uma sujeição criminal se dá a partir de "certos tipos de curso de ação, representados não apenas como desviantes, divergentes, problemáticos ou ilegais, mas interpretados principalmente como criminais, inclusive pelo agente" (MISSE, 1999, p. 213). Luiz e Daniel não consideram suas ações como práticas criminais, o que haveria de criminoso na forma de andar? No uso de um boné ou pochete? As abordagens realizadas em Luiz e Daniel mostram uma sujeição criminal das *características* mais contundentes do que uma sujeição criminal a partir de possíveis práticas. São jovens que, mesmo estando "fora do crime", permanecem "no mundo do crime" (MOTTA *et al*., 2022), por haver uma sujeição não apenas dos sujeitos como também uma sujeição criminal dos seus territórios de moradia, de suas vestimentas, de sua cor. Um elemento que se destaca nos relatos desses jovens é a sua perspectiva das motivações para essas abordagens se darem dessas maneiras, elemento que aponta um dos principais resultados da pesquisa:

> Daniel: E geralmente os não abordáveis nunca são abordados, tá ligado? É muito difícil você ver. Os não abordáveis, que a gente diz, só são abordados quando eles estão próximos dos abordáveis, tá ligado?
>
> Luiz: E tinha só uma pessoa lá que era branco, assim, meio alvinho, e também bem aparentado né? Ele [policial] pegou e foi batendo nas nossas costelas, cada um de nós, e quando pegou, quando foi chegando na dele [jovem branco], ele pegou e foi totalmente diferente a abordagem nele. Perguntou o que é que ele tava fazendo ali que ali não era o lugar dele, essas coisas... e eu peguei, olhando aquilo, deu uma raiva tão grande, que deu uma vontade de eu falar, né? Por quê? O que é que ele tem que eu não tenho? Ou é só por modo dele ser branco e eu ser negro?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as entrevistas, a violência policial foi um grande ponto de convergência entre as falas dos interlocutores. Com isso, foi possível identificar que, para analisar essa perspectiva de genocídio sociorracial, é crucial analisar também a violência policial recorrente contra os corpos de jovens negros nas periferias, e o fato de os interlocutores serem pessoas de diferentes faixas etárias mostra que essa vinculação da limitação da vida de jovens negros com a violência policial não é um fenômeno recente, mas abrange uma experiência intergeracional do ser jovem negro periférico. As práticas de extermínio no campo das desigualdades sociorraciais nas periferias parece ter transformado as territorialidades de jovens negros em um universo permanente de guerra, seja guerra entre facções ou guerra contra a polícia. "Democracia é conflitiva", mas e quando o conflito é constante e, aparentemente, invisível? A máxima do racismo no Ceará é de que não existem negros no Ceará, porém, 87% das vítimas letais da violência policial são negras (CESEC, 2020) e 94% das mulheres encarceradas são negras (RAMIRES, 2019). Estariam, então, todos os negros cearenses presos ou mortos? Para Gonzales (1984), o racismo é a sintomática que caracteriza uma neurose cultural brasileira, agindo de maneira cotidiana, estruturalmente e subjetivamente.

Outro ponto de convergência entre os interlocutores é o foco das entrevistas ter sido dado para o momento de suas juventudes, desde Talisson, na década de 1960, João no final dos anos 1970, até Luiz e Daniel, que nasceram já nos anos 2000. Essa diferença de faixa etária possibilitou, através das entrevistas, perceber algo interessante na pesquisa, como mencionado no final do tópico anterior: *a autopercepção da discriminação racial foi se modificando nesse período*. No momento do diálogo com Luiz e com Daniel, aparecem falas como "a gente que é mais favelado…" e "isso é só porque eu sou preto?", que são sínteses dessa mudança de percepção que não representa exclusivamente uma nova perspectiva de si ou de semelhantes a si. Essa mudança na autopercepção racial incide politicamente nas formas dos jovens de periferias se organizarem em coletivos políticos ou movimentos sociais, incide, também, a curto, médio e longo prazo, em outros panoramas de análises na construção de políticas públicas.

Ter como pressuposto que "a vida é o bem supremo da humanidade" (ARENDT, 2010) nos dá a perspectiva de que a *existência* não compreende todas as características de uma vida no mais amplo sentido do *viver*. Que lutas sociais, morais e individuais pelo "reconhecimento intersubjetivo" (HONNETH, 2009), como o

mudar do andado, o refletir sobre a vestimenta que irá ser utilizada ao longo do dia, o medo e tentativa ativa de fuga de abordagens policiais representam uma limitação concreta e constante a uma *vida digna e com honra*. Além disso, a constatação de que existe em vigência uma transformação de autopercepção racial por parte de jovens negros e periféricos, além de contribuir para a possibilidade de formulação de novas políticas públicas, vai ao encontro do que Angela Davis menciona quando traz o debate do abolicionismo penal:

> A pressão abolicionista pode e deve se dar no interior de outros movimentos progressistas e de maneira articulada com reivindicações por educação de qualidade, estratégias antirracistas de contratação, sistema de saúde gratuito e universal (DAVIS, 2018).

"A liberdade é uma luta constante" simboliza o que essa mudança de autopercepção racial pode trazer e incidir no cotidiano desses jovens negros, a compreensão de que as limitações encontradas em suas rotinas não significam particularidades e sim multiplicidades de uma mesma realidade. Abre margem para outras formas de combate a este genocídio contínuo, onde melhorias sistêmicas no campo educacional, no campo da saúde física e mental, no campo do trabalho, no campo do lazer etc. resultem em aproximações de um *bem-viver* radicalmente antirracista, quem sabe.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Barueri: Forense Universitária, 2010.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 144p.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 431p.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O ofício da pesquisa em tempos contemporâneos: a ousadia da construção teórica e da criação de vias metodológicas. 2014. *In*.: ALVES, Giovanni; SANTOS; João Bosco Feitosa dos. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo doTrabalho**. Bauru: Canal 6, 2014. p. 11-28.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA – CESEC. 87% dos mortos por intervenção policial no ceará são negros, diz estudo. **CESEC**, 9 dez, 2020. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/reportagens/87-dos-mortos-por-intervencao-policial-no-ceara-sao-negros-diz-estudo/

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Trad. Bruna Barros e Jess Oliveira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022. 423p.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018. 140p.

DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. ***Revista Brasileira de Educação***, n. 24, p. 40-52, 2003.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o Movimento Hip Hop. 1998. 384f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. Juventude, cultura e violência. *In*: BARREIRA, César; BATISTA, Élcio (org.). **(In)Segurança e sociedade**: treze lições. 1. ed. Fortaleza: Pontes Editores; Fundação Demócrito Rocha, 2011. p. 53-68.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **Abolição no Ceará**: um novo olhar. 1. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2009. 72p.

FERNANDES, Kamila. Polícia proíbe bailes *funks* em Fortaleza. **Folha de S. Paulo**, 9 mar. 2001.
Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u24097.shtml

FLAUZINA. Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis:Vozes, 1999. 348p.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista de Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p 223-244.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitossociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 296p.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Como se deve escrever a história do Brazil**. 1885. 55f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1885.

MATTOS PIMENTA, Melissa de. Masculinidades e sociabilidades: Compreendendo oenvolvimento de jovens com violência e criminalidade. ***Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social***, v. 7, n. 3, p. 701-730, 2014. ISSN: 1983-5922. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563865507004

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. **Racismo no Ceará**: herança colonial, trajetórias contemporâneas. 2010. 95f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) –

UniversidadeFederal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MOTTA, Luana; ROCHA, Rafael; RÍZIA, Ada; AMORIM, Adson. Fora do crime no 'mundo do crime': Experiências juvenis em meio à guerra em periferias de Maceió e Belo Horizonte. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc**, Rio de Janeiro, ed. esp. n. 4, p. 387-414, 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016. 232p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio**. Nova York: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948.

PAIVA, Luiz Fábio Silva.; FREITAS, Geovani Jacó de. Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza. **Soc. e Cult**., Goiânia, v. 18, n. 2, p. 115-128, jul./dez. 2015.

PAULINO. Nícolas; TORRES, Alessandro. Cearenses têm influência genética de povos nórdicos, revela pesquisa. **G1**, 27 jul. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/07/27/cearenses-tem-maior-influencia-genetica-de-povos-nordicos-do-que-de-indios-e-negros-revela-pesquisa.ghtml

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 162p.

PEREIRA, Carliana Isabel Nascimento. **"Eu já morri tantas vezes antes de você me encher de bala" o genocídio racial e social de jovens negros em Fortaleza**. 2022. 112f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federaldo Ceará, Fortaleza, 2022.

PEUGNY, Camille. **O destino vem do berço?** Desigualdades e reprodução social. Campinas: Papirus, 2014. 127p.

RAMIRES, Ana Rute. 94% das presas no Ceará são negras. **O Povo**, 29 nov. 2019. Disponível em: view-source:https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2019/11/29/94--das-presas-no-ceara-sao-negras.html

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundão e consideração**: uma etnografia da socialidade armada em Fortaleza. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2021. 249p.

SILVA, Ana Paula de Holanda. **O lugar dos conhecimentos afrikanos e da diáspora nas epistemologias das Ciências Sociais do Ceará**. 2022. 197f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará,Fortaleza, 2022.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023. 177p.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** – Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 171p.

* Artigo recebido em 11/05/2023,

aprovado em 14/11/2023.